



**POLÍCIA PENAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO**  
**POLÍCIA PENAL**

## POLÍCIA PENAL

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira:
  - O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
  - Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:  
[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

## 1º Simulado – PPDF – Polícia Penal DF (SEEC) – PÓS-EDITAL

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Língua Portuguesa e Redação Oficial Fidelis Almeida

Texto para os itens de 1 a 21.

1 Enquanto se processava a grande corrida para as minas, uma lenta infiltração penetra a intrincada rede hidrográfica do Amazonas. Já no primeiro período da história brasileira 5 vemos a colonização portuguesa ocupar a foz do grande rio, onde a atual cidade de Belém do Pará é fundada em 1616. São antes motivos políticos que determinaram a fundação. Holandeses e ingleses tinham tentado, antes 10 de Portugal, estabelecer-se na região. Naquele data são todos definitivamente expulsos, e os portugueses se instalaram sem concorrentes. A base econômica da colonização será a princípio, como nos demais núcleos do litoral, 15 a lavoura da cana-de-açúcar. Mas a agricultura nunca progredirá aí; as condições naturais lhe são desfavoráveis. Na mata espessa e semiaquática que borda o grande rio; em terreno baixo e submetido a um regime fluvial 20 cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catástroficas, alagando nas cheias áreas imensas, deslocando grandes tratos de solo que são arrancados às margens e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda do equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula. Além 25 disto, a pujança da vegetação equatorial não lhe dá tréguas. A luta exige esforços quase ilimitados se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer. A agricultura, que requer um certo domínio 30 sobre a natureza, apenas se ensaiou. A conquista do vale amazônico tinha de contar com outros fatores.

35 E foi o que se verificou. Encontraram os colonos na sua floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a sal-saparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar

as madeiras e produtos abundantes do reino animal: peixes, caça, a tartaruga. Na extração destes produtos encontrará a colonização amazônica sua base econômica. A mão-de-obra também foi relativamente fácil. Os indígenas eram numerosos, e embora de nível cultural baixo, facilmente se conformaram com o trabalho que deles se exigia; o que, vimo-lo 45 anteriormente, só foi o caso em forma muito limitada em outros lugares.

50 Explica-se a diferença. No vale amazônico os gêneros de atividade se reduzem praticamente a dois: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe; 55 e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambos estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco: como pescador, sobretudo, suas qualidades são notáveis, e os colonos só tiveram neste terreno que aprender com ele. Remador, também é exímio: ninguém, como o índio, 60 suporta os longos trajetos, do raiar ao pôr do sol, sem uma pausa; ninguém espreita e percebe, como ele, os caprichos da correnteza, tirando dela o melhor partido: ninguém comprehende tão bem o emaranhado dos canais 65 que formam esta rede complicada e variável de época para época em que se dividem e subdividem os rios amazônicos. Empregado assim em tarefas que lhe são familiares, ao contrário do que se deu na agricultura e na 70 mineração (nesta última, aliás, nunca foi ensaiado), o índio se amoldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco. Não se precisou do negro.

A infiltração pelo vale acima do rio Amazo- 75 nas inicia-se francamente na segunda metade do séc. XVII. Sua vanguarda serão as ordens religiosas, em particular jesuítas e carmelitas. Não é aqui o lugar próprio para indagar quais os objetivos que animavam os missionários; 80 se o puro zelo religioso da conversão de almas pagãs, se outros projetos mais amplos e não confessados. Quanto aos jesuítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que 85 assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção. Não se explica de outra forma a empresa sistemática, e

em parte realizada, de conquistar todo o coração do continente sul-americano; o que se revela nesta linha estratégica de missões que se estendem do Uruguai e Paraguai, pelos Moxos e Chiquitos da Bolívia, até o alto Amazonas e Orenoco. Reunidas estas missões, de origem espanhola, às portuguesas que subiram pelo Amazonas, o conjunto apresenta-se como um bloco imenso e coeso de territórios plantados em cheio na América. Nem se pode dizer que os jesuítas realizavam o objetivo tradicional de todas as missões religiosas, isto é, abrir caminho entre populações indígenas para o avanço dos colonos europeus. Lutaram contra estes com todas as armas, inclusive a força, tentando desesperadamente afastá-los e manter sua hegemonia própria.

PRADO JR., Caio. *A Colonização do Vale Amazônico e a Colheita Florestal*. In: História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970. Texto adaptado.

Considerando-se os sentidos construídos no texto acima e as estruturas linguísticas nele presentes, julgue os itens subsequentes.

- 1.** A ideia central do texto é que a região do Amazonas, por sua natureza geográfica, não propiciou o desenvolvimento da atividade industrial açucareira. Por isso, o que lá se desenvolveu fortemente foram a caça, a pesca e o extrativismo vegetal.
- 2.** Infere-se do texto que o autor possui uma visão relativista do valor das diversas culturas.
- 3.** Em “Enquanto se processava...” (l. 1) e “...se anula.” (l. 27), o vocábulo “se” cumpre idêntico papel morfológico.
- 4.** Caso o segmento “...inclusive a força...” (l. 107-108) seja reescrito *inclusive à força*, as funções sintáticas de “a força” (termo do trecho original) e “à força” (termo da reescrita) serão idênticas.
- 5.** Os vocábulos “história” (l. 4) e “princípio” (l. 14) seguem distintas regras de acentuação gráfica.

- 6.** A expressão “a região” (l. 10) retoma “a atual cidade de Belém do Pará” (l. 6-7).
- 7.** Os termos “tais esforços” (l. 31) e “os” (l. 32) possuem a mesma função sintática.
- 8.** É gramaticalmente lícito empregar a partícula “se” antes de “querer” (l. 30), a fim de enfatizar que o agente da ação verbal é indeterminado, conforme a reescrita: *A luta exige esforços quase ilimitados se se querer ir além da dócil submissão às contingências naturais.*
- 9.** Quando emprega o adjetivo “incipiente” (l. 32), o autor pretende indicar que a colonização portuguesa já se encontrava em um estágio mais avançado quando comparada ao momento da descoberta do Brasil.
- 10.** O fragmento “que determinaram a fundação” (l. 8) é oração adjetiva que se liga a “motivos” (l. 7-8).
- 11.** As preposições nos fragmentos “...estabelecer-se na região...” (l. 10) e “Lutaram contra estes...” (l. 106-107) são sintaticamente exigidas pelos verbos que as precedem imediatamente.
- 12.** O pronome “quase” (l. 29) intensifica a ideia contida em “ilimitados” (l. 29-30).
- 13.** No período “Os indígenas eram numerosos, e embora de nível cultural baixo, facilmente se conformaram com o trabalho que deles se exigia; o que, vimo-lo anteriormente, só foi o caso em forma muito limitada em outros lugares.” (l. 46-51), o emprego do ponto e vírgula é justificado pela necessidade de separar partes do período as quais já possuem vírgula em seu interior. Assim, evita-se a profusão de vírgulas.
- 14.** No trecho “...o que, vimo-lo anteriormente...” (l. 49-50), é gramaticalmente lícita a próclise do pronome “o”.

- 15.** O vocábulo “Enquanto” (l. 1) denota simultaneidade de ações.
- 16.** Preserva-se o sentido original caso o trecho “...nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda do equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula.” (l. 25-27) seja reescrito da seguinte maneira: *nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda do equilíbrio, o homem se torna insignificante*.
- 17.** Em “...o que se verificou.” (l. 37), a flexão verbal de “verificou” no singular indica que o sujeito dessa forma verbal é indeterminado.
- 18.** Com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o vocábulo “cana-de-açúcar” (l. 15) perdeu os hifens, sendo atualmente grafado *cana de açúcar*.
- 19.** O fato de o texto narrar brevemente parte da colonização do Brasil implica que a função da linguagem predominante é a referencial.
- 20.** Em “A luta exige esforços quase ilimitados...” (l. 29-30), o autor emprega linguagem figurada.
- 21.** Em “podia fornecer” (l. 32), o segundo verbo integra o sentido do primeiro.
- Considerando-se os preceitos do Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens subsequentes.
- 22.** Em geral, a exposição de motivo (EM) é destinada a deputados e senadores e pode propor que verbas sejam destinadas a obras de interesse público.
- 23.** É necessário indicar, no documento oficial, o seu tipo sem emprego de abreviatura, usando-se letras maiúsculas.
- 24.** Na indicação da data de emissão de um documento oficial, deve-se informar o local, seguido da data, consoante o exemplo a seguir:
- Brasília; 2 de outubro de 2020.
- 25.** O princípio da impessoalidade na redação de textos oficiais justifica-se pelo interesse público que esses documentos devem privilegiar, jamais sendo dirigidos a interesses particulares.

**Noções de História e Geografia  
do Distrito Federal**  
**Otoniel Linhares**

No Distrito Federal, predominam os latossolos, seguidos dos cambissolos. Conforme dados da Embrapa, os primeiros são solos porosos, permeáveis e bem drenados, associados à vegetação de cerrado e cerradão.

A respeito do solo do DF, julgue o item.

- 26.** Os cambissolos são pouco desenvolvidos, associados à vegetação de campo limpo, e ocorrem em vertentes das bacias dos rios Maranhão, Descoberto e São Bartolomeu, e em encostas com declividade mais acentuada, como na depressão do Paranoá e na bacia do Rio Preto.

A respeito de Brasília, julgue o item.

- 27.** Para garantir a preservação, muitas espécies são tombadas pelo Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, entre elas: pindaíba, paineira, ipê-roxo, ipê-amarelo, pau-brasil e buriti.

A respeito do clima do DF, julgue o item abaixo.

- 28.** O clima do DF, segundo a classificação de Koppen, é equatorial, em que são nítidas duas estações, a primavera-verão – período chuvoso, e o outono-inverno – período seco.

A respeito da segurança pública do Distrito Federal, julgue o item.

- 29.** Pela sua condição de sede do governo federal, o governo do DF, por meio de sua Secretaria de Segurança Pública, é responsável pela administração dos presídios existentes na região do entorno.

Julgue o item a seguir.

- 30.** A Ride foi criada com o objetivo de articular ações administrativas do governo federal, dos estados de Minas Gerais e Goiás e do Distrito Federal, além dos municípios que a compõem.

### Noções de Raciocínio Lógico

Diego Ribeiro

Considere a seguinte afirmação:

“Nenhum policial gosta de correr.”

- 31.** A negação lógica dessa sentença é “Todo policial gosta de correr”.
- 32.** Considerando-se verdadeira a proposição: “Se Ana não estuda RLM e Maria estuda Informática, então Pedro será aprovado”, pode-se concluir que “Se Pedro é reprovado, então Ana estuda RLM ou Maria não estuda informática”.
- 33.** A sentença “eu estou mentindo” é uma proposição simples.

Texto base para as questões 34, 35 e 36.

Em uma equipe de 300 policiais, 50 são administradores, 80 têm pós-graduação e 15 são administradores e têm pós-graduação.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir:

- 34.** A quantidade de policiais dessa equipe que não têm pós-graduação e que não são administradores corresponde a 175.

- 35.** O percentual de policiais que não tem pós-graduação e que são administradores é de 5%.

- 36.** Neste grupo, os policiais estão na razão de 1 administrador para 5 não administradores.

- 37.** Diego escreveu sucessivamente GRANCURSOSONLINE, obtendo a seguinte sequência de letras:

GRANCURSOSONLINEGRANCURSONLINEGRANCURSOSONLINE....

E parou na nonagésima octogésima terceira letra. Seguindo esse padrão, a próxima letra que Diego deverá escrever é a letra A.

- 38.** “Acordei cedo para ver o sol nascer atrás da colina antes de tomar café” é uma proposição composta.

- 39.** Sabendo ser falsa a sentença “Se corro e não estudo, então serei aprovado”, pode-se concluir que corro e não estudo e sou reprovado.

Considere a seguinte sequência: 5; 9; 14; 21; 30; ...

- 40.** O sexto termo dessa sequência somado com o sétimo termo é igual a 95.

### Noções de Informática

Fabrício Melo

- 41.** São exemplos de memórias voláteis: RAM, CACHE e BIOS.

- 42.** Os antivírus, como Avast, Kaspersky e Winrar têm a característica de serem oferecidos como free, dispondo de menos recursos e como premium, com uma gama maior de ferramentas.

- 43.** Em um procedimento de backup, torna-se imprescindível o teste dos backups realizados para que não haja imprevistos na recuperação de dados, caso necessário.

44. No Windows 10, através da ferramenta Executar, é possível o acesso ao editor de textos Word através do comando WINWORD.
45. No Linux, através do comando “cd” (sem as aspas) é possível o acesso a uma pasta no ambiente BASH.
46. No Microsoft Word 2016, a execução da combinação de teclas de atalhos CTRL+= irá aplicar o subscrito em uma palavra selecionada.  
Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação da questão.
47. No Microsoft Excel 2016, a função ARRUMAR é utilizada para agrupar várias cadeias de texto em uma única sequência de texto.
48. No Google Chrome, versão atual, através do botão ☰, é possível a transmissão da guia atual para um dispositivo conectado na mesma conta do usuário utilizada para o login no navegador.
49. Um usuário, ao acessar uma página e perceber que o seu navegador foi direcionado de maneira transparente para uma página falsa com as mesmas características da página oficial, pode ter acessado um DNS que foi vítima de um pharming.
50. No Microsoft Power Point 2016, existe um recurso que concentra todas as características da apresentação em um slide, tais como fontes, estilos, animações, possibilitando que o usuário herde essas características de aparência para todos os slides da sua apresentação. O recurso é conhecido como slide mestre e pode ser acessado através da guia INSERIR.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Direito Constitucional Ricardo Blanco

Julgue os itens segundo os direitos fundamentais.

51. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
52. Conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
53. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
54. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 20 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
55. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- Julgue os itens segundo a organização do Estado.
56. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

- 57. Compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.**

Julgue os itens segundo a organização dos poderes.

- 58. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.**
- 59. É da competência exclusiva do Congresso Nacional decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.**
- 60. O mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.**

**Direito Administrativo**  
**Raphael Spyere**

No que se refere ao uso e à ocupação do solo urbano, julgue os itens a seguir, de acordo com o Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/2001.

- 61. O Estatuto da Cidade tornou obrigatória a elaboração de planos diretores para cidades com mais de 100.000 habitantes e também para as que integram áreas de especial interesse turístico, sendo, para as demais cidades, de elaboração facultativa.**
- 62. Chefe de família que ocupe imóvel com área urbana de 250 m<sup>2</sup>, ininterruptamente, para sua moradia ou de sua família, sem oposição por cinco anos, pode adquirir o imóvel ocupado, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.**

Lucrécia cumpre pena por roubo em presídio feminino superlotado. Além de passar fome, tendo em vista que não são servidas às detentas as refeições básicas, Lucrécia é, frequentemente, agredida pelas policiais penais que trabalham no presídio. Acrescente-se ainda que o presídio não apresenta as condições mínimas de saúde e higiene que devem constitucionalmente ser oferecidas pelo Estado em respeito aos direitos humanos. Julgue os itens subsequentes tomando como

base o caso hipotético narrado e a jurisprudência aplicada ao regime jurídico de responsabilidade civil estatal.

- 63. Cumpre ao Estado ressarcir os danos, inclusive morais, perpetrados em desfavor de Lucrécia em decorrência da falta ou insuficiência das condições constitucionais de encarceramento.**
- 64. A responsabilidade estatal, no caso apresentado, é do tipo objetiva, por adoção da Teoria do Risco Administrativo.**
- 65. Considerando que Lucrécia tenha cometido suicídio, subsistiria ao Estado o dever de indenizar seus familiares, ainda que ficasse comprovado que esse evento ocorreria mesmo que ela não estivesse cumprindo pena privativa de liberdade.**

Usando como referência as regras sobre organização da Administração Pública brasileira, marque as assertivas subsecutivas como certas ou erradas.

- 66. Ao autorizar por meio de lei específica a criação de uma fundação pública de direito privado para a execução de atividades ligadas à prestação de serviços públicos de saúde, o Estado afronta a Constituição, que exige que tais trabalhos sejam desempenhados por pessoas jurídicas de direito público.**
- 67. A criação de uma entidade na Administração Indireta representa caso de desconcentração administrativa.**

A partir das disposições contidas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n. 14.133/2021, julgue as assertivas subsequentes.

- 68. Embora se apresente como importante medida administrativa para antever cenários de crise e as correspondentes medidas a serem tomadas pelos contratantes para impedir eventual rescisão do contrato administrativo, a cláusula de matriz de**

risco, como regra, não é exigida.

69. Considera-se o procedimento auxiliar de credenciamento como modalidade de licitação.
70. É possível que o Estado promova alteração contratual unilateral para ajustar as especificações ou condições do projeto à determinada demanda pública, desde que observados os limites impostos por lei e que, em qualquer caso, seja observado o equilíbrio econômico-financeiro.

**AFO – Noções de Administração Financeira e Orçamentária**  
Anderson Ferreira

Para Aliomar Baleeiro, o orçamento público é: “o ato pelo qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo por um certo período e, em menor, às despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica do País, assim como a arrecadação das receitas criadas em lei”.

Em relação ao orçamento público, julgue os seguintes itens.

71. O orçamento incremental pode ser considerado uma contraposição ao orçamento base zero, pois é elaborado a partir de ajustes marginais nos itens de receita e despesa.
72. O orçamento público é um instrumento de planejamento que, atualmente, condiciona a cobrança de tributos.

Em relação aos instrumentos de planejamento e orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

73. Os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
74. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orça-

mento da seguridade social, este último contemplando um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à segurança e à assistência social.

75. Compete a uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, em âmbito federal, o exame e a emissão de parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual.
76. A disposição sobre o equilíbrio de receitas e despesas, bem como sobre as normas relativas ao controle de custos, devem estar presentes na lei de diretrizes orçamentárias.

Sobre os princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

77. O princípio orçamentário da legalidade, em sentido estrito, é flexibilizado por uma das espécies de crédito adicional.
78. De acordo com o princípio da especificação, o orçamento deve conter todas as despesas e receitas, sem qualquer tipo de dedução ou ressalva.
79. O princípio da universalidade veda a consignação de dotações globais no orçamento para o atendimento de despesas diversas.

Em relação às disposições de orçamento público na Constituição, julgue:

80. É vedada a abertura de crédito extraordinário ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

## Direito Penal e Direito Processual Penal

### Douglas Vargas

Acerca da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir.

81. Para os efeitos penais, as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar, são consideradas extensão do território nacional.
82. A retroatividade representa a possibilidade de aplicação da lei penal mesmo após a sua revogação ou cessação de efeitos.
83. *Novatio legis in pejus* é a nova lei que prejudica o réu, sendo sempre irretroativa.
84. A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para sujeitar o acusado ao cumprimento de medida de segurança, dependendo, nesse caso, de pedido da parte interessada.
85. *Abolitio criminis* representa a revogação de um tipo penal pela superveniência de uma lei desriminalizadora.

Acerca do crime, julgue os itens a seguir.

86. Em relação ao crime impossível, o Código Penal adotou a Teoria Objetiva Intermediária.
87. São elementos da tentativa inidônea: o início da execução, a não consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente, o dolo de consumação e o resultado possível de ser alcançado.

Em relação aos crimes em geral, julgue as

assertivas a seguir.

88. Sendo o homicídio culposo, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
89. O crime de furto de coisa comum somente se procede mediante queixa.
90. No crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, as penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.

Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue os itens a seguir.

91. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e suplementação dos princípios gerais de direito, mas não a aplicação analógica.
92. O juiz da instrução é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.

Acerca do inquérito policial e da ação penal, julgue os itens a seguir.

93. O inquérito policial é considerado um procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido por Delegado de Polícia.
94. No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presen-

ça, noutra circunscrição.

95. O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado, mas não a realização do inquérito.
96. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 5 anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
97. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

Em relação ao tema prisão, julgue os itens a seguir.

98. A conversão do flagrante em prisão preventiva torna superada a alegação de nulidade relativamente à falta de audiência de custódia.
99. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 30 (trinta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
100. Na motivação da decretação da prisão preventiva ou de qualquer outra cautelar, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

## Legislação Especial

Douglas Vargas

Acerca da Legislação Especial, julgue os itens a seguir.

101. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é crime a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha.
102. A configuração do crime de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

No que diz respeito à colaboração premiada prevista na Lei das Organizações Criminosas, julgue o item a seguir.

103. O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público.

## Lei de Execução Penal

Sérgio Bautzer

104. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, não há ilegalidade na manutenção da prisão de acusado que vem a receber medida de segurança de internação ao final do processo, ainda que se alegue ausência de vagas em estabelecimentos hospitalares adequados à realização do tratamento.
105. Segundo a Lei de Execução Penal, é a Casa do Albergado é um estabelecimento destinado ao cumprimento de pena privativa da liberdade, em regime aberto, e de pena de limitação de fim de semana.

- 106.** O policial penal que exerce suas atribuições em Penitenciárias ou Colonias Penais é legitimado para suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução.
- 107.** Incumbe ao Conselho da Comunidade supervisionar o cumprimento da medida de segurança em estabelecimentos hospitalares, bem como o tratamento ambulatorial.
- 108.** A inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime fechado de segurança máxima. Uma das características do Regime Disciplinar Diferenciado é a visita de parentes e de amigos somente em dias determinados, por meio virtual ou no parlório, com o máximo de 2 (duas) pessoas por vez, além de eventuais crianças, separados por vidro e comunicação por meio de interfone, com filmagem e gravações. Ainda haverá o direito à visita íntima do cônjuge ou companheiro.
- 109.** Não será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional, o condenado que é reincidente específico, por crime de furto qualificado com emprego de explosivo.
- 110.** Considera-se crime equiparado ao hediondo o tráfico de drogas na modalidade privilegiada para fins de progressão de regime de cumprimento de pena.
- 111.** O condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, para progredir de regime, deverá cumprir 50% (cinquenta por cento) da pena, se for primário, e o crime for cometido após o advento da Lei Anticrime. Referido condenado também poderá obter o livramento condicional, após o cumprimento de 2/3 da pena, pois não é reincidente específico em crime hediondo ou equiparado.
- 112.** Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, em casos elencados na Lei de Execução Penal. Porém, com o advento da Lei Anticrime, não terá tal direito o condenado por crime hediondo com resultado morte.
- 113.** Os condenados por crime hediondo com resultado morte, que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto, não poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando houver falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão, apenas se houver necessidade de tratamento médico.

**Lei Distrital n. 5.969/2017**

**Eduardo Galante**

Nos termos da Lei n. 5.669/2017, que institui o Código Penitenciário do Distrito Federal, julgue os itens abaixo e assinale CERTO OU ERRADO.

- 114.** A execução da medida de segurança é orientada para o tratamento do interno e para a sua reinserção no meio familiar, laboral e social.
- 115.** A execução das penas e das medidas de segurança aplicadas aos menores de 24 anos deve favorecer especialmente a sua reinserção social, por meio do desenvolvimento de atividades e programas específicos nas áreas de ensino, orientação e formação profissional e aquisição de competências pessoais e sociais.
- 116.** A execução das penas e das medidas de segurança aplicadas às pessoas com idade superior a 65 anos deve respeitar as suas necessidades específicas e o seu estado de saúde, especialmente para garantir-lhes auxílio necessário nas atividades da vida diária e condições de alojamento adequadas.

- 117.** A execução das penas e das medidas de segurança aplicadas às mulheres deve reconhecer as suas necessidades específicas, sobretudo, em matéria de saúde, higiene, proteção da maternidade, educação parental e inclusão no mercado de trabalho.
- 118.** Os travestis e os transexuais cumprem pena em condições adequadas e em local distinto, exclusivo e apropriado à sua situação peculiar.
- 119.** A pessoa privada de liberdade de origem estrangeira ou pertencente a minorias étnicas ou linguísticas deve, na medida do possível, ter atenuadas as dificuldades de integração social ou de domínio da língua oficial, mediante contato com entidades consulares ou diplomáticas, organizações da comunidade ou intervenção de intérpretes.
- 120.** O ingresso da pessoa privada de liberdade na unidade prisional deve ocorrer em lugar adequado, com respeito à sua privacidade, à preservação da imagem e à dignidade humana.
- 121.** É garantido à pessoa privada de liberdade que não tenha recebido visita de parentes ou amigos durante o período de 4 meses realizar contato com pessoa de seu interesse por meio do serviço de assistência social da unidade prisional em que esteja recolhida.
- 122.** O ingresso da pessoa privada de liberdade é registrado, inclusive, por meio eletrônico, sendo gerado prontuário identificador único.
- 123.** Os presos provisórios devem ser recolhidos em unidades prisionais comuns.

**Lei Distrital n. 3.669/2005**

Eduardo Galante

Nos termos da Lei n. 3.669/2005, que cria a Carreira de Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências, julgue os itens abaixo e assinale CERTO OU ERRADO.

- 124.** O ingresso em cargo da Carreira de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal dar-se-á no Padrão I da Terceira Classe da Tabela de Escalonamento constante nessa Lei, mediante apresentação de certificado de conclusão de ensino superior ou habilitação legal equivalente, emitido por instituição autorizada por órgão oficial, e aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.
- 125.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de que trata essa Lei far-se-á mediante progressão horizontal e promoção vertical.
- 126.** Para os fins dessa Lei, promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e progressão, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.
- 127.** É vedada a progressão de servidor em estágio probatório, salvo em casos excepcionais.
- 128.** Os servidores integrantes da carreira de que trata essa Lei cumprirão jornada de trabalho de quarenta e quatro horas semanais.

**129.** Além do vencimento básico, os ocupantes do cargo de Técnico Penitenciário fazem jus à Gratificação de Atividade Penitenciária – GAP, no percentual de 50% (cinquenta pontos percentuais) incidentes sobre o vencimento básico do padrão em que o servidor esteja posicionado, variável em função do resultado de avaliação trimestral a ser aplicada conforme regulamento.

**130.** Somente poderá haver cessão de servidor ocupante de cargo da Carreira de que trata essa Lei para exercício de cargo de provimento em comissão de nível correspondente ou superior a DF-20, salvo disposição especial do Governador do Distrito Federal.

**131.** Os Agentes Penitenciários da Polícia Civil do Distrito Federal terão exercício nas unidades que compõem a estrutura orgânica da Polícia Civil em atividades típicas de Polícia Judiciária.

**132.** É uma atribuição geral do Técnico Penitenciário, além de outras decorrentes do seu exercício, exercer, operacionalizar tarefas de atendimento, serviço de vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

**133.** É uma atribuição geral do Técnico Penitenciário, além de outras decorrentes do seu exercício, acompanhar, instruir e orientar os processos de reeducação, reintegração social e ressocialização do detento.

**Criminologia**  
**Leonardo de Castro**

**134.** O *labelling approach* e a teoria crítica ou radical são exemplos de teorias de conflito.

**135.** A vitimização secundária decorre da operação estatal para apuração e punição do crime.

**136.** A prevenção terciária preventiva do crime caracteriza-se pela implementação de medidas indiretas de prevenção, consistentes em evitar que fatores exógenos sirvam como estímulo à prática delituosa.

**137.** A ideia de delinquente como um indivíduo que optou pelo mal, mesmo podendo e devendo respeitar a lei, decorre da Escola Clássica.

**138.** As cifras cinzas correspondem à situação em que a vítima sofreu alguma forma de violência cometida por um funcionário público e deixou de denunciar o fato aos órgãos responsáveis por receio e medo de represália.

**139.** A justiça restaurativa se adequa ao modelo social ressocializador de reação ao crime.

**140.** Os denominados biocriminosos puros são aqueles que sofrem influências biológicas e do meio, mas é impossível decidir quais os fatores que mais pesam na conduta delituosa.

**141.** A intitulada “neutralização da vítima” corresponde ao abandono da vítima na relação jurídico-processual penal.

**142.** A conclusão de que o criminoso é um ser atávico, um ser que regide ao primitivismo, um verdadeiro selvagem (ser bestial), que nasce criminoso, cuja degeneração é causada pela epilepsia, que ataca seus centros nervosos, corresponde aos estudos de Cesare Lombroso.

- 143.** A teoria da subcultura delinquente se caracteriza por três fatores: o não utilitarismo da ação, a malícia da conduta e o negativismo.

**Legislação Aplicada aos Servidores do Governo do DF (Lei Complementar n. 840/2011)**

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo, considerando a Lei Complementar n. 840/2011.

Irineu, policial penal do Distrito Federal, foi demitido do serviço pela suposta prática de ato de improbidade administrativa. Posteriormente, sua demissão foi invalidada por meio de decisão proferida pelo Poder Judiciário, com o restabelecimento dos direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido.

- 144.** Com relação a esse caso hipotético, é correto afirmar que a reinvestidura de Irineu no cargo que ocupava anteriormente denomina-se recondução.

- 145.** A posse deverá ocorrer em trinta dias, contados da data da nomeação. Contudo, o nomeado que não vier a assinar o termo de posse deverá ser exonerado de ofício.

**Lei Orgânica do Distrito Federal**

Marco Soares

- 146.** Conforme preceitua a Lei Orgânica do Distrito Federal, a legislação penitenciária do DF assegurará o respeito às regras da Organização dos Estados Americanos para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e a competência do Conselho de Política Penitenciária do Distrito Federal.

- 147.** O estabelecimento prisional destinado a mulheres terá, em local anexo e independente, creche em tempo integral para seus filhos de 0 a 6 anos, atendidos por pessoas especializadas, assegurado aos filhos das presidiárias o direito à amamentação até completarem, no mínimo, 6 meses de idade.

**Direitos Humanos**

Luciano Favaro

Julgue o item subsequente com base na teoria geral dos Direitos Humanos.

- 148.** A hodierna concepção de Direitos Humanos é marcada pela universalidade, inalienabilidade e exauribilidade desses direitos.

Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos, julgue o item a seguir:

- 149.** Pela teoria do duplo estatuto dos tratados internacionais de direitos humanos, adotada pelo Supremo Tribunal Federal, confere-se status de emenda constitucional aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros; e natureza suprallegal a todos os demais tratados dessa natureza e que tenham sido aprovados pelo rito comum.

Acerca da execução de decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, julgue o seguinte item:

- 150.** A execução, no Brasil, de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos prescinde homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, haja vista tratar-se de uma sentença internacional, e não estrangeira.

**POLÍCIA PENAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO**

**Folha de Respostas**

POLÍCIA PENAL																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
141	142	143	144	145	146	147	148	149	150										

App

# GRAN QUESTÕES



## SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



### QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



### ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



### MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com pinguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



### A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

